

(Do Sr. Dr. Rosinha)

Solicita informações ao Sr. Ministro Advogado-Geral da União, sobre o quadro de pessoal da Advocacia Geral da União, órgãos vinculados e sistema SICAU

Senhor Presidente,

REQUEIRO a V. Exa., com base no artigo 50 da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro Advogado-Geral da União informações detalhadas sobre as despesas da Advocacia Geral da União e órgãos vinculados com a folha de pagamentos de seus servidores. As informações deverão responder às indagações adiante formuladas, salientando, ainda, que esse órgão deverá indicar, em cada resposta, explicitamente, qual questionamento está sendo respondido.

- 1) Quanto aos membros da carreira de Advogado da União, informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) a quantidade e os nomes daqueles que ingressaram na carreira por concurso público; b) a quantidade e os nomes daqueles que ingressaram na AGU por transposição, prevista nos artigos 19 e 19-A, da lei 9.028/95; c) a remuneração atualmente paga, individualmente, a esses advogados (concursados e transpostos); d) a data de admissão no serviço público; e) o tempo de efetivo exercício no cargo de advogado da União.
- 2) Em relação aos advogados da União transpostos, informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) a forma de ingresso desses servidores no serviço público; b) as atribuições e a denominação dos cargos

originariamente titularizados por esses servidores quando do ingresso no serviço público; c) aqueles aprovados em concurso público específico para a carreira de **assistente jurídico da União**, indicando a data, o veículo e a página em que publicado o edital e a lista de aprovados.

- 3) Quais são as carreiras que integram a Advocacia-Geral da União?
- 4) Por que a remuneração das carreiras da AGU não se encontra disciplinada por lei própria, em conformidade com as disposições do artigo 26, parágrafo único, da Lei Complementar 73/93?
- 5) Informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) as atribuições do cargo de Advogado da União; b) as atribuições do cargo de Advogado da União, quando publicado o edital do primeiro e do segundo concurso público para provimento do cargo; c) as atribuições do cargo de **assistente jurídico da União**, indicando as disposições legais que regem a matéria.
- 6) Quanto aos **assistentes jurídicos da União**, transpostos para a carreira de **assistente jurídico da AGU**, posteriormente transformados em Advogados da União, beneficiados pelos artigos 19 e 19-A, da Lei 9.028/95, informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética e individualmente, por meio impresso e eletrônico: a) quais os cargos ocupados anteriormente por esses profissionais e quais eram, precisamente, suas respectivas atribuições **antes do ingresso na carreira de Assistente Jurídico da União**; b) quantos e quais desses servidores foram investidos no cargo de **Assistente Jurídico da União** por meio de ascensão funcional ou outro instrumento legal de investidura; c) quantos foram investidos no cargo de **Assistente Jurídico da União** por meio de concurso público; d) qual era a remuneração percebida por esses profissionais antes da transposição para a carreira de Assistente Jurídico da AGU; e) qual a remuneração que passaram a receber após a transposição para a carreira de Assistente Jurídico da AGU; Fornecer, ainda, tabela comparativa, relacionando nominalmente e individualmente os dados solicitados.

- 7) Fornecer cópia integral e legível dos processos administrativos de transposições, concluídos ou pendentes, requeridos com fundamento nos artigos 19 e ou 19-A, da Lei 9.028 de 1995.
- 8) Quanto aos pedidos de transposição, fundados nos artigos 19 e 19-A, da Lei 9.028/95, informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) o nome daqueles servidores que requereram a transposição, cujos pedidos encontram-se pendentes de análise no âmbito da Advocacia-Geral da União; b) a carreira para qual os servidores requerentes serão transpostos; c) as atribuições do cargo atualmente ocupado (assistente jurídico da União) e as atribuições do cargo pretendido; d) quais os pedidos deferidos e os indeferidos; e) os números dos respectivos processos administrativos; f) a remuneração percebida pelos servidores antes da transposição; g) a remuneração que passarão a receber após a transposição.
- 9) A Constituição da República de 1988 admite a transposição como forma de provimento de cargo público?
- 10) Qual o conteúdo das decisões proferidas nas ações civis públicas abaixo relacionadas, promovidas pelo Ministério Público Federal na Seção Judiciária do Acre? Essas decisões estão sendo cumpridas pela Advocacia-Geral da União? Informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) os servidores alcançados pelas decisões proferidas nos processos abaixo relacionados requereram transposição para a AGU, com fundamento nos artigos 19 e 19-A, da Lei 9.028/95; b) as atribuições dos cargos atualmente ocupados por esses servidores; c) as atribuições do cargo para o qual esses servidores pretendem ser transpostos; Indicar, sob a forma de quadro comparativo, em ordem alfabética e também em meio eletrônico, os nomes dos interessados, os processos administrativos referentes aos pedidos de transposição e o respectivo processo judicial (Ação Civil Pública), onde o requerente figure como réu:

1997.31.00.002364-1	1997.31.00.002368-2	1997.31.00.002369-5
1997.31.00.002370-2	1997.31.00.002371-5	1997.31.00.002372-8

1997.31.00.002373-0	1997.31.00.002374-3	1997.31.00.002375-6
1997.31.00.002376-9	1997.31.00.002377-1	1997.31.00.002378-4
1997.31.00.002363-9	1997.31.00.002366-7	1997.31.00.002367-0
1997.31.00.002365-4		

- 11) transformação dos cargos elencados no artigo 39, da MP 2.229/2001, em cargos de Procurador Federal? Qual a natureza jurídica da Procuradoria-Geral Federal, criada pela lei 10.480/2002? Quais foram os critérios, objetivos, que motivaram a criação da Procuradoria-Geral Federal?
- 12) Qual o fundamento legal da assunção da folha de pagamento de procuradores federais, ativos e inativos, pela Advocacia-Geral da União?
- 13) Existe estudo, no âmbito da Advocacia-Geral da União, cujo objeto seja a unificação de carreiras jurídicas (advogado da união, procurador da fazenda nacional e procurador federal)? Caso positiva a resposta, fornecer cópia integral e legível do processo administrativo, bem como de seus estudos e pareceres.
- 14) Encaminhar cópia integral e legível do estudo e projeto de reforma da Lei Complementar 73/93 (lei orgânica da AGU) que se encontra em fase de elaboração pelo Advogado-Geral da União.
- 15) Elencar, fundamentadamente, os requisitos exigidos para ingresso na carreira de procurador federal.
- 16) Elencar, fundamentadamente, as atribuições do cargo de procurador federal.
- 17) Elencar, fundamentadamente, os requisitos exigidos para provimento dos cargos elencados no artigo 39, da MP 2.048/2000 (atual MP 2.229/2001)?
- 18) Fornecer, fundamentadamente e de forma individualizada, quais eram as atribuições dos cargos elencados no artigo 39, da MP 2.048/2000.
- 19) Fornecer cópia legível das tabelas de remuneração dos cargos elencados no artigo 39, da MP 2.048, em maio de 2000?

20) Informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) o nome e a quantidade dos servidores que ingressaram na carreira de procurador federal, instituída pela medida provisória 2.048/2000 (atual MP n. 2.229-43/2001), por **aprovação em concurso público**; b) a remuneração atualmente paga a esses servidores; c) o concurso por intermédio do qual ingressaram no serviço público; d) a data, o veículo e a página na qual foram publicados os editais e as listas/relações dos aprovados nos respectivos certames; e) fornecer cópia de todos os editais dos concursos públicos realizados para provimento de cargos de procurador federal.

21) Informar/fornecer, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) o nome e a quantidade dos **servidores ativos**, transpostos para a carreira de procurador federal, com fundamento nos artigos 40 e 69, parágrafo 2º, da MP 2.229/2001; b) relação, em ordem cronológica, de todas as entidades e órgãos nos quais esses servidores estiveram lotados e exerceram suas atribuições; b) o cargo anteriormente ocupado e as respectivas atribuições; c) a lotação atual e efetiva desses servidores; d) as atribuições atuais; d) aqueles que ingressaram por concurso público nas carreiras elencadas no artigo 39, da MP 2.229, indicando a data, o veículo e a página na qual foi publicado o edital e a lista de aprovação; f) aqueles que foram investidos nos cargos elencados no artigo 39, da MP 2.229, por meio de transposição/ascensão funcional ou outra forma legal de investidura (indicar a forma legal de investidura).

22) Qual o impacto financeiro/orçamentário acarretado pela aplicação dos artigos 40, 46 e 69, parágrafo 2º, da MP 2.048 (atual MP 2.229/2001)? Relacionar nominalmente e em ordem alfabética o nome dos servidores alcançados pelos artigos acima mencionados, informando a respectiva remuneração, sob a forma de tabela, impressa e em meio eletrônico. Explicitar percentualmente o acréscimo da despesa em termos comparativos com o mês anterior à aplicação dos dispositivos legais acima mencionados.

23) Qual o impacto financeiro/orçamentário decorrente da inclusão da carreira de procurador federal na tabela XI, anexa à medida provisória 2.048/2000?

24.1) Informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) qual era a remuneração percebida por esses servidores (ativos, inativos e pensionistas) antes das transposições, ocorridas por força da medida provisória 2.048/2000, atual MP 2.229-43/2001; b) o total de inativos que integram a carreira de procurador federal; c) o total de pensionistas; d) a remuneração que os integrantes da carreira de procurador federal (ativos, inativos e pensionistas) passaram a receber, após a inclusão dessa carreira na tabela XI, anexa à medida provisória 2.048, atual MP 2.229-43/2001. Fornecer esses dados em relação nominal, individualizada, em ordem alfabética e também em meio eletrônico (elaborar uma relação para ativos e outra para inativos e pensionistas);

24) Fornecer cópia integral do processo administrativo referente à nova política remuneratória das carreiras de procurador da fazenda nacional, advogado da união, procurador federal e defensor público da união, cuja iniciativa foi do Advogado-Geral da União;

25) Informar, sob a forma de planilha em ordem alfabética, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) quais dos servidores beneficiados pelos artigos 40 e 69, parágrafo segundo, foram investidos nos cargos elencados no artigo 39, da MP 2.229, por meio de ascensão funcional ou outro instrumento legal para investidura; b) quantos e quais foram investidos no cargo anteriormente ocupado por meio de concurso público; c) qual foi o acréscimo remuneratório, individual, decorrente das transposições, ocorridas por força do artigo 40 e 69, parágrafo 2º, da MP 2.048 (atual 2.229/2001) - (elaborar uma relação para ativos e outra para inativos e pensionistas);

26) Relacionar, sob a forma de planilha, por meio impresso e eletrônico, com cópia dos relatórios extraídos do sistema SICAU: a) os processos envolvendo a administração direta e os processos

envolvendo a administração indireta (fundações e autarquias públicas), atualmente; b) os processos que são classificados como relevantes; c) os que se referem a matérias já pacificadas no âmbito dos Tribunais Superiores; d) os processos da administração indireta (autarquias e fundações) que se encontram a cargo da Procuradoria Federal Especializada em matéria previdenciária (INSS), desde a sua criação.

27) Informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico, com cópia dos relatórios extraídos do sistema SICAU: a) os nomes e a quantidade de Procuradores Federais lotados nas Procuradorias Especializadas do INSS; b) o volume de processos da Procuradoria-Geral Federal desde a sua criação; c) os processos, a cargo da PGF, considerados relevantes; d) o volume de processos da Procuradoria-Geral da União no mesmo período; e) relação dos processos relevantes da PGU; f) relação e quantidade dos Procuradores Federais que se encontram lotados na Procuradoria-Geral Federal; g) relação e quantidade dos Advogados da União que se encontram lotados na Procuradoria-Geral da União; h) relação e quantidade de Procuradores Federais que se encontram lotados na PGU.

28) Informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) o nome e a quantidade de Procuradores Federais que se encontram em exercício no Gabinete do Advogado-Geral da União; b) a quantidade, o cargo ocupado e o nome dos profissionais não concursados e não pertencentes às carreiras da AGU que exercem cargos de chefia e/ou assessoramento na Advocacia-Geral da União, indicando o respectivo órgão onde exercem suas atribuições (fornecer uma relação por órgão e outra global)

28.1) informar o nome, a remuneração percebida e as atribuições dos cargos ocupados por esses profissionais.

28.2) fornecer cópia do “curriculum vitae” desses profissionais.

28.3) fornecer relação contendo o nome desses profissionais comissionados, que se enquadram na

hipótese da aliena “b”, do quesito 28, que analisam, atuam e se manifestam em processos judiciais da União (indicar o tempo que esses profissionais exercem essas atribuições). Indicar a qualificação profissional desses servidores, anexando o respectivo “*curriculum vitae*”. Discriminar as atribuições efetivamente exercidas por esses profissionais;

- 29) Informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) o nome e a quantidade de Procuradores Federais que se encontram em exercício na Advocacia-Geral da União (fornecer uma relação por órgão/unidade e outra global);
- 30) Informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: o nome e a quantidade dos profissionais não pertencentes às carreiras da AGU que exercem cargos comissionados no Gabinete do Advogado-Geral da União; b) as atribuições exercidas por esses profissionais; (indicar a qualificação profissional desses servidores (*curriculum vitae*)). Indicar nominalmente e em ordem alfabética as relações solicitadas;
- 31) Informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) o nome e a quantidade de candidatos reprovados no último concurso para provimento de cargo de Advogado da União que tenham tomado posse e se encontrem em exercício na Advocacia-Geral da União; b) a atual lotação; c) as razões e fundamento legal para a admissão e manutenção desses profissionais no exercício das atribuições do cargo de Advogado da União; d) há quanto tempo essa situação perdura; e) a estimativa de tempo provável para a solução do caso.
- 32) Informar: a) os critérios que norteiam a instalação de Procuradorias Federais; b) o volume processual apresentado nas Procuradorias Regionais Federais instaladas; c) a relação dos processos relevantes das Procuradorias Federais; d) o volume processual apresentado nas Procuradorias Regionais da União; e) o total de Procuradores Federais lotados em Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias

Federais; f) o total de Advogados da União lotados em Procuradorias Regionais da União e Procuradorias da União; g) o total de Procuradores Federais lotados em Procuradorias da União; h) as atribuições efetivamente desempenhadas por esses profissionais; i) os critérios que nortearam a lotação de Procuradores Federais em Procuradorias da União; (Discriminar essas informações em quadro comparativo, por dependência/unidade jurídica)

- 33) Quais autarquias e fundações públicas estão sem representação judicial? Quais as razões que ensejaram a retirada da representação judicial dessas entidades? Qual a entidade ou órgão que, atualmente, exerce a representação judicial dessas entidades? Há quanto tempo isso vem ocorrendo? Quais as razões pelas quais a representação judicial ainda não foi devolvida para o respectivo órgão jurídico dessas entidades? Quando a representação judicial dessas entidades será devolvida? Quantos profissionais encontram-se lotados nos órgãos jurídicos das entidades sem representação judicial? Quais são, atualmente, as atribuições desses órgãos que não possuem representação judicial? Indicar a lotação de cada órgão e o volume de trabalho apresentado. Qual a remuneração atualmente recebida por esses profissionais? Fornecer quadro comparativo e relação nominal, por unidade jurídica, em ordem alfabética e em meio eletrônico;
- 34) Há autarquias e fundações públicas federais litigando contra a União? Discriminar esses casos, informando o número do processo, a vara de origem, a fase processual, as entidades envolvidas, o objeto da demanda e o valor econômico e estratégico da questão;
- 35) Informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) o nome e a quantidade de servidores que compõem o quadro suplementar em extinção, previsto no artigo 46, da MP 2.229-43/2001; b) a remuneração percebida por esses servidores; c) as atribuições e a denominação do cargo ocupado; d) a remuneração percebida por esses servidores antes de integrarem o quadro em extinção; e) o impacto financeiro/orçamentário para a AGU, acarretado pela criação desse quadro suplementar.

- 36) Informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) o nome e a quantidade de servidores que requereram enquadramento na carreira de procurador federal, por força do artigo 69, parágrafo 2º, da MP 2.229-43/2001; b) a denominação e as atribuições do cargo anteriormente ocupado; c) a remuneração anteriormente percebida e a remuneração que passaram a receber, após exercida a opção; d) o nome e a quantidade desses servidores que foram investidos nos cargos anteriormente ocupados por meio de progressão funcional ou outro instrumento legal de investidura; e) o nome e a quantidade desses servidores que foram investidos no cargo por meio de concurso público, bem como o concurso por intermédio do qual ingressaram no serviço público, a data, o veículo e a página na qual foram publicados os editais e as listas/relações dos aprovados nos respectivos certames; f) a remuneração percebida atualmente por esses profissionais.
- 37) Informar, sob a forma de planilha, em ordem alfabética, por meio impresso e eletrônico: a) o nome e a quantidade de profissionais não concursados que exercem cargos em comissão nas consultorias ministeriais; b) o impacto financeiro/orçamentário decorrente dessas contratações c) as atribuições desempenhadas por esses profissionais não concursados. Indicar a qualificação profissional e respectiva remuneração dos profissionais não concursados que exercem cargos de chefia em consultorias jurídicas de ministérios;
- 38) O que é Sistema de Controle de Ações da União - SICAU? Quais são as funções desempenhadas por esse sistema? Quanto já se gastou para a implantação do SICAU? Esse sistema encontra-se operante? Quem foram ou são os responsáveis pela implantação e desenvolvimento do SICAU? Qual é o custo mensal desse sistema? Indicar os respectivos nomes e cargos. Fornecer cópia integral do processo licitatório, bem como dos relatórios e estudos de desenvolvimento desse sistema.

JUSTIFICATIVA

A Advocacia Geral da União é instituição da mais alta importância para a defesa da cidadania brasileira, pois desempenha a função de zelar pelo bem público e, assim, preservar o bolso do contribuinte. Nesse sentido, é imperioso que o Congresso Brasileiro tenha acesso a informações sobre a estruturação desse órgão para garantir o desempenho eficiente de suas atribuições constitucionais. Do mesmo modo é necessário esclarecer ainda como está ocorrendo a estruturação da Procuradoria-Geral Federal, órgão vinculado à AGU.

Brasília, de maio de 2004.

Deputado **DR.ROSINHA**